



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 18/11/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



### Governo prevê reajuste de 6% para aposentadorias do INSS em 2023

A nova previsão de inflação do governo federal aponta reajuste de 6% nas aposentadorias do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em 2023. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), usado para corrigir salários e benefícios no país, deve fechar o ano menor do que o previsto anteriormente pela equipe econômica.

O índice final a ser aplicado, entretanto, só será conhecido em 10 de janeiro, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgará a inflação de 2022. Com o reajuste previsto em 6%, o teto do INSS chegaria a R\$ 7.512,45. Já o salário mínimo ficaria em cerca de R\$ 1.302 com a aplicação da inflação estimada em 6% mais um aumento real de 1,3% ou 1,4%, conforme prevê a equipe de transição do governo Lula.

O Ministério da Economia também piorou a estimativa de alta do PIB (Produto Interno Bruto) em 2023 para 2,1%, contra previsão anterior de 2,5%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 18 de novembro.

### Governo reduz para 2,1% projeção de crescimento do PIB no ano que vem

A SPE (Secretaria de Política Econômica) do Ministério da Economia manteve nesta quinta-feira (16) a projeção oficial para o crescimento da atividade econômica neste ano em 2,7%, mas piorou a estimativa de alta do PIB (Produto Interno Bruto) em 2023 para 2,1%, contra previsão anterior de 2,5%.

Em seu boletim macrofiscal, que revisa bimestralmente as estimativas do governo para parâmetros econômicos que são usados no acompanhamento orçamentário, a SPE argumentou que suas últimas publicações já alertavam para o risco de uma deterioração no cenário internacional, o que poderia afetar o crescimento brasileiro.

"A redução de 0,4 ponto percentual na estimativa do PIB em 2023 resulta principalmente da piora no cenário externo desde a data-base da última grade (de parâmetros), com aumento das taxas de juros internacionais e redução das expectativas de crescimento de economias desenvolvidas e emergentes", disse.

Mesmo com a redução, a estimativa do Ministério da Economia para 2023 segue bem mais otimista do que a visão de mercado. No mais recente boletim Focus, do Banco Central, analistas apontam para um crescimento de 2,77% neste ano, recuando para apenas 0,7% em 2023.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 18 de novembro.

### Bancos elevam expectativa para crédito pela 7ª vez consecutiva, diz Febraban

Os bancos elevaram pela sétima vez consecutiva suas projeções para o crescimento do crédito no Brasil este ano, de acordo com a Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). A expectativa é de que o crescimento da carteira total seja de 14,1% em relação a 2021. Em setembro, a projeção era de alta de 13,9%.

As projeções para este ano cresceram tanto nas carteiras de recursos livres quanto nas de recursos direcionados.

No primeiro caso, passaram de 16,7% de alta para 17,3%; no segundo, de 9,3% de crescimento para 10,2%, segundo a Febraban.

Os dois números tiveram contribuição dos empréstimos para pessoas físicas, embora na carteira direcionada, as novas rodadas de programas governamentais também tenham contribuído para o ajuste.

A melhoria na carteira de pessoas físicas este ano, de 17,2% para 18,2%, veio com o crescimento da atividade econômica e do consumo, que estimulam a contratação de linhas como o cartão de crédito e o crédito pessoal.

"Para este ano, a revisão positiva se deve à melhora das expectativas da atividade econômica, ao crescimento maior do que o esperado do mercado de crédito, além da reedição dos programas públicos de crédito, como Pronampe e FGI-Peac, que seguem com demanda alta", afirma Rubens Sardenberg, diretor de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban.

Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 18 de novembro.

## Desemprego cai em seis estados no terceiro trimestre

A redução da taxa de desemprego no Brasil foi acompanhada por quedas em seis estados no terceiro trimestre deste ano, informou nesta quinta-feira (17) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em relação ao segundo trimestre, as baixas consideradas significativas em termos estatísticos ocorreram em Rondônia (de 5,8% para 3,9%), Ceará (de 10,4% para 8,6%), Acre (de 11,9% para 10,1%), Maranhão (de 10,8% para 9,7%), Minas Gerais (de 7,2% para 6,3%) e Paraná (de 6,1% para 5,3%).

Nas outras 21 unidades da federação, a taxa de desemprego mostrou relativa estabilidade no terceiro trimestre, conforme os critérios da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). O indicador foi de 8,6% em São Paulo.

A Pnad analisa tanto o mercado de trabalho formal quanto o informal. Ou seja, abrange desde os empregos com carteira assinada e CNPJ até os populares bicos.

De julho a setembro, as maiores taxas de desocupação foram verificadas na Bahia (15,1%), em Pernambuco (13,9%) e no Rio de Janeiro (12,3%).

As menores ficaram em Santa Catarina (3,8%), Mato Grosso (3,8%) e Rondônia (3,9%).

No Brasil, o indicador recuou para 8,7% no mesmo período, conforme dados divulgados no final de outubro pelo IBGE. É o menor patamar desde o segundo trimestre de 2015 (8,4%).

Já o número de desempregados caiu para 9,5 milhões no país. É o menor nível desde dezembro de 2015 (9,2 milhões).

Pelas estatísticas oficiais, a população desocupada é formada por pessoas de 14 anos ou mais que estão sem trabalho e seguem à procura de novas vagas. Quem não tem emprego e não está buscando oportunidades não entra nesse cálculo.

Dos 9,5 milhões de desocupados, 27,2% (2,6 milhões) procuravam trabalho havia dois anos ou mais. É o que especialistas chamam de desemprego de longa duração.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 18 de novembro.

## País tem 2,6 milhões buscando trabalho há mais de dois anos. Desemprego é maior para mulheres e negros

A taxa de desemprego cedeu nos últimos meses, em parte pela base de comparação com o período da pandemia, mas procurar trabalho segue sendo em desafio. No terceiro trimestre, 44,5% dos desempregados (4,2 milhões) buscavam nova ocupação de um mês a menos de um ano, 27,2% (2,6 milhões) há dois anos ou mais e 16,6% (1,6 milhão) há pelo menos um mês. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE.

O grupo de desempregados há mais de dois anos diminuiu de 2021 para 2022. Mas na comparação com 2012, cresce 76,6%. Hoje, o IBGE estima em 9,5 milhões o total de desempregados no Brasil.

Segundo os resultados da pesquisa, a taxa de informalidade no país segue próxima dos 40% – corresponde a 39,4% dos ocupados. Mas varia de 25,9% (Santa Catarina) a 60,5% (Pará). Em São Paulo, é de 30,6%. Entram nessa conta empregados no setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira, empregadores e trabalhadores por conta própria sem registro no CNPJ. No total, 39,1 milhões.

A divulgação mais recente da Pnad Contínua mostrou taxa de desemprego menor, equivalente a 8,7% da força de trabalho. Mas a contratação sem registro em carteira é recorde na série histórica.

A taxa de desemprego no terceiro trimestre é bem maior para mulheres (11%) do que para homens (6,9%). E também para pretos (11,1%) e pardos (10%), enquanto a dos brancos fica abaixo da média nacional (6,8%). Cresce para pessoas com ensino médio incompleto (15,3%) e cai para quem tem superior completo (4,1%).

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 18 de novembro.